

### Aviso de

# CONTRATAÇÃO DIRETA

27/2024

#### CONTRATANTE

FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE UBATUBA - FUNDART

#### **OBJETO**

Contratação de empresa para Fornecimento e organização de alimentação e bebidas para o 16º Festival de Cultura Popular Caiçara - Caiçarada 2024

### DATA DA SESSÃO

De 29/08/2024

### HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 09h00m até às 15h00m



### Sumário

- 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
- 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.
- 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
  - 4. FASE DE LANCES
  - 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO
    - 6. HABILITAÇÃO
    - CONTRATAÇÃO
  - 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
    - 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



# FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE UBATUBA AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 27/2024

(Processo Compras n.° 144/2024)

Torna-se público que A FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE UBATUBA, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, *inciso nº II*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 29/08/2024

Horário da Fase de Lances: Das 09h00m até às 15h00m

Link: https://bll.org.br/

Critério de Julgamento: menor preço

Regime de Execução: Preço Global

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa eletrônica, de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento e organização de alimentação para o 16º Festival de Cultura Popular Caiçara Caiçarada 2024. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica através do endereço eletrônico: https://bll.org.br/



O procedimento será divulgado no Portal da Transparência da Fundart, no portal da BLL onde será realizada a sessão: https://bll.org.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

- 2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Não poderão participar desta dispensa eletrônica os fornecedores:
  - 2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
  - 2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
    - a) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
    - b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
    - c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
    - d) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
    - e) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
    - 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
    - 2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
  - 2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e



- 2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

# 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma indicada no item 2.1.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial os preços vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
  - 3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
  - 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência.
- 3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá anexar declaração da sua concordância com os seguintes termos:
  - 3.8.1. Declaração que conhece e concorda com todas as regras do Aviso de Contratação Direta;

Praça Nóbrega, 54 - Centro - Ubatuba/SP CNPJ - 55.555.957/0001-96



- 3.8.2. Declaração que tem pleno conhecimento dos requisitos de habilitação;
- 3.8.3. Declaração que até a presente data a inexistência de fatos impeditivos para habilitação e contratação do presente processo licitatório, e que não foi declarada idônea pelo poder público, de qualquer esfera da federação;
- 3.8.4. Declaração de enquadramento de ME/EPP ou não;
- 3.8.5. Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- 3.8.6. Declaração, sob as penalidades da lei, que todos os documentos apresentados pela empresa são autênticos e não foram falsificados de forma alguma. Declarando ciencia das consequências legais de apresentar documentos falsos e declaração que todas as informações contidas nesses documentos são verdadeiras e precisas;
- 3.8.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### 4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
  - 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

### 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
  - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.
  - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
- 5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 5.6.1. contiver vícios insanáveis;
  - 5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;



- 5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
  - 5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

# 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Habilitação jurídica:
  - 6.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 6.1.2. Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
  - 6.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - 6.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
  - 6.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - 6.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz:
  - 6.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.



- 6.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 6.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:
  - 6.2.1. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
  - 6.2.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com CNAE compatível com a atividade;
  - 6.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
  - 6.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
  - 6.2.5. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, se houver relativo ao domicilio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
    - 6.2.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes municipal.
  - 6.2.6. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, se houver relativo ao domicilio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, caso não possua, apresentar declaração negativa de inscrição.

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



- 6.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
  - 6.2.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- 6.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
- 6.2.9. Declaração que menciona o subitem 3.8.1 ao subitem 3.8.7 no item 3 do Ingresso na proposta eletrônica e cadastramento na proposta inicial.
- 6.2.10. Documentação de Identidade do responsável legal pela empresa ou sócio que terá signatário pela possível contratação, CPF e comprovante de endereço.
- 6.2.11. Alvará de Funcionamento: Documento que comprova que a empresa está autorizada a operar em seu ramo de atividade.

Licença Sanitária: Certificação de que a empresa está autorizada a manipular e fornecer alimentos, de acordo com as normas de segurança alimentar e saúde pública.

- 6.2.11. Atestados de Capacidade Técnica: Documentos que comprovem a experiência anterior da empresa na prestação de serviços similares de pelo menos dois anos, com detalhes sobre contratos anteriores de fornecimento de alimentos para eventos
  - 6.3 Disposições Gerais
- 6.3.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.3.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



- 6.3.3. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.3.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.3.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
  - 6.4.2. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

### 7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida autorização de fornecimento.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a Autorização de fornecimento enviada, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
  - 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, quando houver, a Administração poderá encaminhá-lo por meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.
  - 7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
  - 7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



- 7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, quando houver.

# 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
  - 8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
  - 8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;;
  - 8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 8.1.6. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;
  - 8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
    - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
  - 8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



- b) Multa de multa de até 5% (cinco por cento), sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12:
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9°)
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°).
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *5 (cinco)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 8.10. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11. As peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

# 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
  - 9.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;
  - 9.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
    - 9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - 9.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



- 9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 9.12.1. ANEXO I Termo de Referência;
  - 9.12.2. ANEXO II Minuta do Contrato

Ubatuba, 29 de Agosto de 2024.

THAILA APARECIDA DINIZ BRITO
DIRETORA PRESIDENTE



### Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

Ubatuba, 23 de Agosto de 2024.

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. Do objeto

#### 1.2 Natureza do Objeto

O objeto deste Termo de Referência é a contratação de serviços de fornecimento de alimentos para o 16º Festival da Cultura Popular - Caiçarada, que ocorrerá de 30 de agosto a 1 de setembro de 2024, na Praça de Eventos, na Avenida Iperoig. O serviço a ser contratado envolve a entrega e fornecimento de lanches variados para os grupos de apresentação, participantes da corrida de canoa, equipe de trabalho e degustação da população durante o festival.

**1.3 Quantitativos:** Com base nas necessidades alimentares do evento, os quantitativos a serem fornecidos são os seguintes:

#### 1. 30/08/2024

**16h** - Entrega dos seguintes alimentos e bebidas para o quantitativo de 60 pessoas:

Bolo de sabores diversos

Suco

Refrigerante

Água

Baguete de diversos sabores

Sanduíche (pão com requeijão, alface, presunto e queijo)

Maçã

Banana

Mexerica

#### 2. 31/08/2024

12h: Entrega dos seguintes alimentos e bebidas para o quantitativo de 100 pessoas:

Bolo de sabores diversos

Suco

Refrigerante

Água

Baguete de diversos sabores

Sanduíche (pão com requeijão, alface, presunto e queijo)

Maçã

Banana

Mexerica

#### 3. 01/09/2024

**8h** - Entrega dos seguintes alimentos e bebidas para o quantitativo de 60 pessoas:

Maçã

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



Banana Mexerica Água

13h - Entrega dos seguintes alimentos e bebidas para o quantitativo de 90 pessoas:

Bolo de sabores diversos

Suco

Refrigerante

Água

Baguete de diversos sabores

Sanduíche (pão com requeijão, alface, presunto e queijo)

Maçã Banana

Mexerica

Itens Adicionais Necessários, que serão oferecidos na Vila Caiçara – local dentro do Festival que fornece degustações para a população de típicos alimentos caiçaras (a serem entregues no dia 30/08/24 às 16h):

ITEM	QUANTIDA DE	
Café	4 Kilos	
Sal	1 Kilo	
Açúcar	5 Kilos	
Farinha de Milho	2 Kilos	
Amendoim	4 Kilos	
Mandioca	10 Kilos	
Batata Doce	10 Kilos	
Copo Descartável para Café	1000 Unidades	
Copo Descartável 200 ml	2000 Unidades	

#### 1.4 Justificativa da quantidade estimada

O 16º Festival de Cultura Popular - Caiçarada, evento de grande porte e crescente sucesso a cada edição, atrai anualmente cerca de 1000 pessoas para a Praça de Eventos de Ubatuba, localizada na Avenida Iperoig. Considerando a magnitude do festival e a diversidade de seus participantes, é imprescindível garantir uma alimentação adequada para todos os envolvidos, incluindo grupos musicais e culturais, competidores da corrida de canoa caiçara, e a equipe responsável pela organização e execução do evento.

A alimentação fornecida durante o festival não só assegura o bem-estar e a disposição dos participantes, mas também desempenha um papel fundamental na promoção da cultura local. Os itens de degustação oferecidos na Casa Caiçara permitem que a população e os visitantes conheçam e

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



apreciem a tradicional culinária caiçara, reforçando a importância de preservar e valorizar as raízes culturais da cidade.

Ademais, a oferta de alimentos como água e suco é essencial para manter a hidratação e o conforto dos participantes, contribuindo para o sucesso do festival e a satisfação de todos os envolvidos. Portanto, a quantidade estimada de alimentos está alinhada com as necessidades do evento, e baseia-se em quantitativos já utilizados nas edições passadas, e visa garantir que cada aspecto do festival, desde as apresentações culturais até as interações com o público, aconteça de forma fluida e agradável.

- **1.5 Prazo do Contrato:** O contrato terá vigência do dia 30 de agosto de 2024 até 1 de setembro de 2024, abrangendo a preparação, fornecimento e desmobilização dos serviços alimentares para o evento.
- **1.6 Possibilidade de Prorrogação:** O contrato não tem necessidade de ser prorrogado, já que atenderá um evento único.

#### 2. Fundamentação da Contratação

O 16º Festival de Cultura Popular - Caiçarada, que ocorrerá de 30 de agosto a 1 de setembro de 2024, é um evento de grande relevância para a cidade de Ubatuba, atraindo um público considerável de cerca de 1000 pessoas e celebrando a rica tradição cultural caiçara. Considerando a magnitude do evento e o número de participantes, é fundamental garantir uma adequada oferta de alimentos e bebidas para atender às diversas necessidades dos envolvidos, incluindo grupos musicais e culturais, competidores da corrida de canoa, e a equipe de trabalho responsável pela organização.

A alimentação oferecida não apenas contribui para o bem-estar e a disposição dos participantes, mas também desempenha um papel crucial na promoção e valorização da cultura local. Os itens de degustação na Casa Caiçara permitem que a população e os visitantes conheçam e apreciem a culinária caiçara tradicional, promovendo a valorização das raízes culturais e divulgando as riquezas gastronômicas da cidade.

Além disso, garantir a alimentação adequada durante o festival é essencial para o bom andamento do evento, assegurando que todos os envolvidos estejam bem nutridos e hidratados, o que impacta diretamente na qualidade e no sucesso das atividades programadas.

#### 2.1 Objetivo

O objetivo da contratação é assegurar o fornecimento de alimentos e bebidas de qualidade para o 16º Festival de Cultura Popular - Caiçarada, atendendo às necessidades de alimentação dos seguintes grupos:

**Grupos Musicais e Culturais:** lanches e bebidas para os artistas e participantes das apresentações culturais.

Competidores da Corrida de Canoa Caiçara: frutas e água para os participantes da competição, garantindo a hidratação e energia necessárias para a realização do evento. Equipe de Trabalho: alimentação para os membros da equipe organizadora e de apoio, que trabalham para a execução e administração do festival.

Itens adicionais para degustação da Casa Caiçara: os alimentos naturais, como mandioca, batata-doce, e outros, bem como o café, são itens de degustação oferecidos para a população valorizando a culinária caiçara e divulgando a cultura local.

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



Os itens a serem fornecidos incluem lanches, e bebidas como água e suco, distribuídos ao longo dos dias do evento. A meta é garantir que todos os participantes tenham acesso a uma alimentação adequada, contribuindo para a realização bem-sucedida do festival e para a experiência positiva de todos os envolvidos.

#### 3. Descrição da solução

A solução proposta para a contratação de serviços de fornecimento de alimentos para o 16º Festival de Cultura Popular - Caiçarada envolve a prestação de um serviço simples e específico, sem necessidade de contratações adicionais, destinado a atender às necessidades alimentares dos diversos grupos participantes e da equipe envolvida no evento.

#### 3.1 Descrição Geral

O serviço contratado consistirá na oferta de alimentação completa e adequada para todos os envolvidos no festival, abrangendo a entrega dos seguintes itens, nos dias e horários estipulados:

#### 30/08/2024

16h: para 60 pessoas

Bolo de sabores diversos

Suco

Refrigerante

Água

Baguete de diversos sabores

Sanduíche (pão com requeijão, alface, presunto e queijo)

Maçã

Banana

Mexerica

#### 31/08/2024

12h: para 100 pessoas

Bolo de sabores diversos

Suco

Refrigerante

Água

Baguete de diversos sabores

Sanduíche (pão com requeijão, alface, presunto e queijo)

Maçã

Banana

Mexerica

#### 01/09/2024

8h: para 60 pessoas

Maçã

Banana

Mexerica

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



Água

13h: para 90 pessoas

Bolo de sabores diversos

Suco

Refrigerante

Água

Baguete de diversos sabores

Sanduíche (pão com requeijão, alface, presunto e queijo)

Maçã

Banana

Mexerica

Itens adicionais necessários, que serão oferecidos na Vila Caiçara – local dentro do Festival que fornece degustações para a população de típicos alimentos caiçaras (a serem entregues no dia 10/08/24 às 16h):

ITEM	QUANTIDADE
Café	4 Kilos
Sal	1 Kilo
Açúcar	5 Kilos
Farinha de Milho	2 Kilos
Amendoim	4 Kilos
Mandioca	10 Kilos
Batata Doce	10 Kilos
Copo Descartável para Café	1000 Unidades
Copo Descartável 200 ml	2000 Unidades

A proposta abrange desde o preparo até a entrega dos alimentos nos locais e horários estipulados, assegurando que todas as necessidades alimentares sejam atendidas de forma eficiente e pontual.

#### 3.2 Características da Contratação

Trata-se de uma contratação simples e única, caracterizada pelos seguintes aspectos:

**Simples:** A natureza do serviço é direta e específica, focando exclusivamente no fornecimento de alimentos e bebidas para o evento. Não há complexidade adicional envolvida, como requisitos técnicos avançados ou múltiplas fases.

**Única:** A contratação é destinada a um evento específico, com datas e necessidades claramente definidas. Não há previsões para prestação de serviços em outros eventos ou períodos além do estipulado para o festival.

O fornecedor será responsável por garantir a qualidade dos alimentos, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a adequação dos serviços às necessidades do festival. A solução proposta visa assegurar que o festival transcorra de maneira tranquila e satisfatória para todos os participantes, com a devida atenção às especificidades e exigências alimentares do evento.

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



#### 4. Dos Requisitos para Contratação

Para a efetiva contratação dos serviços de fornecimento de alimentos para o 16º Festival de Cultura Popular - Caiçarada, a empresa interessada deve atender aos seguintes requisitos e fornecer a documentação necessária:

#### 4.1 Documentação Necessária

#### 2. Proposta Comercial:

**Descrição Detalhada:** A proposta deve incluir a descrição completa dos alimentos e bebidas que serão fornecidos, conforme especificado no Termo de Referência, e os valores correspondentes para cada item.

**Plano de Entrega:** Deve conter um cronograma detalhado das entregas, conforme os horários e datas estipulados no Termo de Referência – para aprovação do Gestor do Contrato – podendo haver ajustes nos horários de entrega, caso o Gestor julgue necessário.

#### 3. Registro e Regularidade Fiscal:

**Certidão Negativa de Débitos (CND):** Certificado de Regularidade Fiscal com a Receita Federal do Brasil, atestando que a empresa está em dia com suas obrigações fiscais.

Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual e Municipal: Comprovação de regularidade com as fazendas estaduais e municipais onde a empresa atua.

Certificado de Regularidade do FGTS (CRF): Comprovação de que a empresa está regular com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

#### 4. Documentação de Habilitação:

**Alvará de Funcionamento:** Documento que comprova que a empresa está autorizada a operar em seu ramo de atividade.

**Licença Sanitária:** Certificação de que a empresa está autorizada a manipular e fornecer alimentos, de acordo com as normas de segurança alimentar e saúde pública.

#### 5. Referências e Experiência:

Atestados de Capacidade Técnica: Documentos que comprovem a experiência anterior da empresa na prestação de serviços similares de pelo menos dois anos, com detalhes sobre contratos anteriores de fornecimento de alimentos para eventos.

#### 6. Declaração de Concordância:

**Termo de Concordância:** Declaração assinada pela empresa afirmando que concorda com todos os termos e condições estabelecidos no Termo de Referência e no contrato a ser firmado.

A empresa deve assegurar que toda a documentação seja apresentada de forma completa e dentro dos prazos estabelecidos para evitar desqualificação do processo de contratação.

#### 5. Execução do objeto

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



#### 5.1 Definição do Modelo de Execução

O modelo de execução do contrato para o fornecimento de alimentos para o 16º Festival de Cultura Popular - Caiçarada deve garantir que todos os resultados pretendidos sejam alcançados desde o início até o encerramento do evento. O processo será dividido em fases distintas, assegurando a coordenação eficiente e a entrega dos serviços conforme especificado no Termo de Referência.

#### 5.2 Fases da Execução

#### 1. Planejamento e Preparação (Pré-evento):

**Reunião de Planejamento:** O fornecedor entrar em contato com o Gestor do Contrato para alinhar com a equipe organizadora do festival detalhes logísticos, horários de entrega, e quaisquer necessidades específicas.

**Preparação dos Alimentos:** A empresa deve preparar os alimentos de acordo com as especificações e quantidades descritas no Termo de Referência. Os alimentos devem ser preparados com antecedência adequada, respeitando todas as normas de segurança alimentar

**Logística de Transporte:** A empresa deve organizar o transporte dos alimentos para garantir que sejam entregues nas condições ideais. Isso inclui o uso de veículos apropriados e a organização das entregas conforme o cronograma estabelecido.

#### 2. Execução Durante o Evento:

#### Entrega e Distribuição:

**Primeiro Dia (30/08/2024):** Entregar os alimentos e bebidas para 60 pessoas às 16h. As entregas devem ocorrer pontualmente no local especificado.

**Segundo Dia (31/08/2024):** Entregar os alimentos e bebidas para 100 pessoas ao meio-dia. Garantir que todos os itens sejam entregues e estejam prontos para consumo no horário estipulado.

**Terceiro Dia (01/09/2024):** Realizar duas entregas: às 8h para 60 pessoas e às 13h para 90 pessoas, conforme detalhado no Termo de Referência.

Itens para degustação (30/08/2024 às 16h): Entregar itens adicionais para a Vila Caiçara, incluindo café, sal, açúcar, farinha de milho, amendoim, mandioca, batata-doce e copos descartáveis, conforme especificado.

#### 3. Monitoramento e Controle:

**Qualidade e Conformidade:** Durante o evento, o fornecedor deve garantir a qualidade contínua dos alimentos e a conformidade com as normas de segurança. Isso inclui a supervisão das condições de armazenamento e a garantia de que todos os alimentos sejam servidos nas melhores condições.

**Feedback e Ajustes:** O fornecedor deve estar disponível para receber feedback da equipe organizadora e realizar ajustes conforme necessário para atender às demandas do evento de forma eficiente.

#### 4. Encerramento e Avaliação (Pós-evento):

**Desmobilização:** Após o término do evento, o fornecedor deve realizar a desmobilização dos serviços, o que inclui a remoção de qualquer equipamento ou material utilizado e a limpeza dos locais envolvidos na operação.

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



**Relatório Final:** O fornecedor deve fornecer um relatório final à equipe organizadora detalhando a execução dos serviços, incluindo quaisquer ocorrências ou ajustes feitos durante o evento.

**Avaliação de Desempenho:** A equipe organizadora realizará uma avaliação do desempenho do fornecedor, considerando a qualidade dos alimentos, a pontualidade das entregas e a conformidade com os requisitos do Termo de Referência.

#### 5.3 Responsabilidades do Fornecedor

**Cumprimento de Prazos:** O fornecedor deve cumprir rigorosamente todos os prazos estabelecidos para a entrega e o fornecimento dos alimentos e bebidas — podendo haver mudanças nos horários de entregas conforme pedido da Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba — Fundart.

**Manutenção da Qualidade:** Garantir que todos os alimentos atendam aos padrões de qualidade e segurança durante todo o evento.

**Comunicação Eficiente:** Manter uma comunicação clara e eficiente com a equipe organizadora para coordenar as entregas e resolver qualquer questão que possa surgir.

#### 5.4 Responsabilidades da Equipe Organizadora

**Coordenação Logística:** Facilitar o acesso do fornecedor ao local do evento e coordenar as entregas conforme o cronograma.

**Supervisão e Feedback:** Monitorar a execução dos serviços e fornecer feedback ao fornecedor para assegurar a conformidade com os requisitos.

#### 6. Gestão do contrato

A gestão do contrato será realizada pela Coordenação do 16º Festival de Cultura Popular – Caiçarada, na pessoa do Diretor Cultural da Fundart, Francisco Campos, que acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços da seguinte forma:

- **6.1. Designação de Fiscal:** o Diretor Cultural designa como fiscal responsável para monitorar a execução do contrato, garantindo que os serviços de confecção, e fornecimento sejam realizados conforme as especificações e prazos estabelecidos, o Gerente de Eventos da Fundart, Jonas Jorge.
- **6.2. Monitoramento:** O fiscal deverá fiscalizar os materiais entregues e checar a qualidade dos produtos, ajustar/ ou manter os horários de entrega, conforme a necessidade do evento, e garantir que tudo esteja conforme a solicitação da Fundart.
- **6.3. Relatórios e Comunicação:** A empresa contratada deverá entrar em contato com a Fundart sobre qualquer dúvida referente aos arquivos enviados para a impressão.

#### 7. Critérios de Medição e pagamento

#### 7.1 Critérios de Medição

A avaliação e medição da execução do contrato serão realizadas com base nos seguintes critérios:

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



#### 1. Qualidade dos Alimentos:

**Especificações:** Verificação se os alimentos entregues atendem às especificações detalhadas no Termo de Referência, incluindo tipos, quantidades e qualidade dos itens. **Conformidade com Normas:** Avaliação da conformidade com as normas de segurança alimentar e higiene durante o preparo e a entrega dos alimentos.

#### 2. Pontualidade nas Entregas:

**Horários de Entrega:** Verificação se as entregas foram realizadas nos horários estipulados no Termo de Referência para cada data do evento.

#### 3. Adequação e Quantidade:

**Verificação Quantitativa:** Conferência da quantidade de alimentos e bebidas entregues em relação ao que foi solicitado e especificado.

**Ajustes e Correções:** Avaliação da capacidade do fornecedor de realizar ajustes e correções em caso de discrepâncias ou solicitações adicionais durante o evento.

#### 7.2 Procedimentos de Medição

**Inspeção no Local:** A equipe responsável realizará inspeções no local das entregas para garantir que os alimentos estejam em conformidade com as especificações e que sejam entregues conforme o cronograma.

**Relatórios de Entrega:** O fornecedor deve fornecer relatórios de entrega detalhados, incluindo a hora, a quantidade e a descrição dos alimentos entregues. Esses relatórios devem ser assinados por representantes da equipe organizadora no momento da entrega.

**Registro de Ocorrências:** Qualquer ocorrência ou ajuste feito durante o evento deve ser registrado e comunicado à equipe organizadora.

#### 7.3. Critérios de Pagamento:

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE, e apresentada para a Fiscalização.

A Fiscalização emitirá o Atestado de Realização dos Serviços em até 3 (três) dias contados a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da data de emissão do Atestado de Realização do Serviço, em conta corrente da CONTRATADA, em conformidade com os serviços executados, mediante a apresentação do original da nota fiscal/fatura acompanhada do relatório de execução dos serviços e aprovação da coordenação do festival.

O recebimento definitivo dos serviços não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

#### 8. Forma e critério de seleção do fornecedor

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



A contratação da empresa especializada para de alimentação para o para o 16º Festival de Cultura Popular – Caiçarada, a ser realizado na Praça de Eventos da Avenida Iperoig, em Ubatuba, nos dias 30 e 31 de agosto e 01 de setembro de 2024., ocorrerá por meio de contratação direta com base na melhor combinação de técnica e preço. A seguir, detalham-se os critérios de seleção:

#### 8.1. Forma de Contratação:

Contratação Direta: O processo será realizado através de contratação direta, com dispensa eletrônica, conforme as normas e regulamentações vigentes. A escolha da empresa será feita com base na análise da proposta técnica e de preço, garantindo a melhor relação custo-benefício para o evento.

#### 8.2. Critérios de Seleção:

Melhor Combinação de Técnica e Preço: A seleção será baseada na melhor combinação entre a proposta técnica e o preço ofertado. Serão avaliados os seguintes aspectos:

Qualidade Técnica: Inclui a experiência e a capacidade técnica da empresa, a adequação dos itens oferecidos às necessidades do evento e a conformidade com as especificações técnicas exigidas.

Preço: O custo total apresentado na proposta será analisado, considerando a adequação ao orçamento disponível e a competitividade em relação ao mercado.

Análise de Propostas: Serão solicitadas propostas detalhadas que incluam a descrição dos serviços, o cronograma de execução e a tabela de preços. As propostas serão avaliadas pela Fundart, que considerará a qualidade técnica e o preço para determinar a empresa que oferece a melhor combinação.

#### 8.3. Documentação Necessária:

Certidões e Licenças: A empresa deverá apresentar documentação legal e técnica, incluindo certidões negativas de débitos, licenças e comprovantes de experiência – e todos os itens solicitados no Termo de Referência, para garantir a regularidade e a capacidade de execução do contrato.

#### 8.4. Procedimentos de Seleção:

Avaliação das Propostas: A Fundart analisará as propostas recebidas, verificando a conformidade com os requisitos do Termo de Referência e os critérios estabelecidos para a seleção.

Decisão Final: A decisão sobre a contratação será baseada na proposta que melhor atender às exigências técnicas e oferecer o melhor preço, assegurando que o contrato seja atribuído à empresa que oferece a solução mais vantajosa para o evento.

#### 8.5. Regras de Desempate:

As regras de desempate entre propostas são as que comprovarem maior tempo de atuação no mercado.

A seleção do fornecedor será conduzida de forma transparente e objetiva, garantindo que a empresa escolhida esteja plenamente capacitada para fornecer os serviços necessários e atender às expectativas do 16º Festival de Cultura Popular – Caiçarada.

Praça Nóbrega, 54 - Centro - Ubatuba/SP CNPJ - 55.555.957/0001-96



#### 9. Estimativa do valor da contratação

O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da disputa da dispensa eletrônica. A estimativa de preço baseia-se no valor gasto com alimentação nos últimos dois eventos realizados pela Fundart, que forneceram lanches e bebidas:

5° Mostra coletiva dos	101ª Festa de São Pedro
Artistas	Pescador
R\$ 12.449,99	R\$ 24.650,00

Com base nos valores expostos acima, espera-se que a contratação no valor médio de R\$ 16.000,00

#### 10. Adequação Orçamentária

10.1. As despesas decorrentes deste certame correrão no presente exercício à conta da dotação orçamentária a seguir indicada: 20.01.13.392.0002.2005.3.3.90.39.04.1100000

#### 11. Reajuste

11.01. Não se aplica, devido ao prazo de execução ser devido um único evento, com prazo curto.

Ubatuba, 23 de Agosto de 2024

Jonas Jorge de Oliveira – Gerente de Eventos Nome do Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Francisco Dias de Campos – Diretor Cultural Nome do Superior Imediato

Praça Nóbrega, 54 - Centro - Ubatuba/SP CNPJ - 55.555.957/0001-96



### Anexo II - MODELO DE CONTRATO

Contrato nº XX/2024

Processo de Compras nº/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO E XXXXXXXXX PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS PARA O 16° FESTIVAL DE CULTURA POPULAR CAIÇARADA DE UBATUBA 2024.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, na Sede da Fundação, situada na Praça Nóbrega, 54, Centro, na cidade de Ubatuba - SP, CEP nº 11.690-153 presentes, de um lado, a FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE UBATUBA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 55.555.957/0001-96, neste ato representada pela Sra. Thaila Aparecida Diniz Brito, Diretora Presidente, ora em diante designado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa XXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXX, XXX, bairro XXXX, cidade de XXX, CEP nº XXXX representada por XXXXX inscrita no CPF/MF sob nº XXXX, residente e domiciliado à XXXX, nº XXX, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, conforme consta nos autos do processo de compras nº PC/144/2024 cujo inteiro teor a CONTRATADA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam o presente contrato, em observância às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e seus atos regulamentadores; da Lei Complementar Federal 123/06 em suas redações atuais; supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de fornecimento e organização de alimentação e bebidas para o 16º Festival de Cultura Popular Caiçarada de Ubatuba 2024.

#### 1.1.1 - Descrição Geral

O serviço contratado consistirá na oferta de alimentação completa e adequada para todos os envolvidos no festival, abrangendo a entrega dos seguintes itens, nos dias e horários estipulados:

30/08/2024

16h: para 60 pessoas Bolo de sabores diversos

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



Suco

Refrigerante

Água

Baguete de diversos sabores

Sanduíche (pão com requeijão, alface, presunto e queijo)

Maçã

Banana

Mexerica

#### 31/08/2024

12h: para 100 pessoas

Bolo de sabores diversos

Suco

Refrigerante

Água

Baguete de diversos sabores

Sanduíche (pão com requeijão, alface, presunto e queijo)

Maçã

Banana

Mexerica

#### 01/09/2024

8h: para 60 pessoas

Maçã

Banana

Mexerica

Água

#### 13h: para 90 pessoas

Bolo de sabores diversos

Suco

Refrigerante

Água

Baguete de diversos sabores

Sanduíche (pão com requeijão, alface, presunto e queijo)

Maçã

Banana

Mexerica

Itens adicionais necessários, que serão oferecidos na Vila Caiçara – local dentro do Festival que fornece degustações para a população de típicos alimentos caiçaras (a serem entregues no dia 10/08/24 às 16h):

ITEM QUANTIDADE

Café 4 Kilos Sal 1 Kilo Açúcar 5 Kilos

Praça Nóbrega, 54 - Centro - Ubatuba/SP CNPJ - 55.555.957/0001-96



ITEM QUANTIDADE

Farinha de Milho 2 Kilos Amendoim 4 Kilos Mandioca 10 Kilos Batata Doce 10 Kilos

Copo Descartável para Café 1000 Unidades Copo Descartável 200 ml 2000 Unidades

A proposta abrange desde o preparo até a entrega dos alimentos nos locais e horários estipulados, assegurando que todas as necessidades alimentares sejam atendidas de forma eficiente e pontual.

.

1.1.2 – O evento será realizado no dia 30/08/2024 à 01/09/2024, na praça de eventos, Centro da Cidade de Ubatuba – SP:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA.

2.1 - Este contrato vigorará desde sua assinatura e por todo o período de execução do objeto até 01/09/2024, nos termos do artigo 111 da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão no presente exercício à conta da dotação orçamentária a seguir indicada: 20.01.13.392.0002.2005.3.3.90.39.00.04.1100000.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.

- 4.1 O valor total do presente contrato é de R\$XXX (XXXXX reais), por conta da dotação orçamentária constante no item 3.1 supra para atender às despesas inerentes a este contrato, durante o corrente exercício.
  - 4.2 O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis, nos termos do item 5.4.2 deste contrato.
- 4.3 Para fins de pagamento, na periodicidade avençada, a CONTRATADA entregará à CONTRATANTE, atendendo aos itens e seus subitens da cláusula primeira, juntamente com a emissão da Nota Fiscal, solicitando que seja comprovada a execução, e uma vez atestada pela fiscalização da CONTRATANTE, encaminhado ao departamento de tesouraria para programar o pagamento.
- 4.4 O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Praça Nóbrega, 54 - Centro - Ubatuba/SP CNPJ - 55.555.957/0001-96



4.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, o prazo para pagamento ficará sobrestado até que a Contratada regularize o erro.

4.6 - A CONTRATANTE reterá, quando for o caso, dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA, percentual equivalente a 11% (onze por cento) do valor bruto dos serviços realizados e constantes da Nota Fiscal/Fatura ou Recibo de Prestação de Serviços, nos termos da Lei Federal 9711/98 e

Instrução Normativa SRP 3/2008, alterada pela IN RFB 971/2009 publicada em 17/11/09.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

5.1 – O início da execução do objeto ocorrerá a partir da data de assinatura de contrato, observando o

que dispõe o Termo de Referência, e o prazo de execução será o previsto na cláusula segunda. Eventuais

pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento dos prazos, devidamente justificados

pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e

competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos

apresentados pela CONTRATADA.

5.1.1 - Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que

comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:

a) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes,

que altere fundamentalmente as condições de execução previstas na Autorização de Fornecimento;

b) Impedimento de execução do prazo por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua

ocorrência.

5.1.2 - Na análise da documentação apresentada, poderá o órgão gestor solicitar novos

documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto à sites ou outros meios.

5.1.3 - Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo ou que não

estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.

5.1.4 - A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo, por si só, não suspende nem

interrompe a contagem do prazo de entrega.

5.2 - Os serviços objeto deste contrato deverão ser prestados conforme consta no item 1.1.1 da

clausula primeira.

5.3 - As medições para efeito do pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes

procedimentos:

Praça Nóbrega, 54 - Centro - Ubatuba/SP CNPJ - 55.555.957/0001-96

Telefone (12) 3833-7000 / 3833-7001 Site: www.fundart.com.br

E-mail: fundart@fundart.com.br



5.4. - As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE, e apresentadas para a Fiscalização.

OOM TO WATE, O aprocontadao para a 1 localização.

5.4.1 - A Fiscalização Atestará a Realização dos Serviços em até 3 (três) dias

contados a partir do recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

5.4.2- Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis contados da data de

emissão dos Atestados de Realização dos Serviços, em conta corrente da CONTRATADA, em conformidade

com os serviços executados, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura.

5.5 - O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exime a CONTRATADA de sua

responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela

perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.5.1 – O prazo para recebimento provisório será de até 15 (quinze) dias corridos,

contados da comunicação escrita pela CONTRATADA, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes,

na forma expressa pela alínea 'a', inciso I, artigo 140, da lei Federal 14.133/21.

5.5.2 - O recebimento definitivo dar-se-á pelo Gestor do Contrato, mediante termo

circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de vistoria de até 90 (noventa) dias corridos,

que comprove a adequação do objeto às condições contratuais, na forma expressa na alínea 'b', da legislação

supra.

5.5.3 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver

em desacordo com o contrato.

5.5.4 - Se os serviços se apresentarem com defeitos, vícios de execução ou

elaboração, será lavrado laudo de vistoria que relacionará as falhas encontradas, dando-se ciência oficial dos

mesmos à CONTRATADA, para que proceda às correções apontadas, passando o prazo de observação a fluir

novamente, até nova comunicação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1 - Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no termo de referência e na respectiva

proposta, observando as orientações recebidas da CONTRATANTE, permitindo o acompanhamento e

fiscalização da mesma.

6.2 - Ficar responsável pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos,

se e quando necessárias.

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96 Telefone (12) 3833-7000 / 3833-7001 Site: www.fundart.com.br

E-mail: fundart@fundart.com.br



6.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

6.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunística

do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus

funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da

execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com

referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo

empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.

6.5 - Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros,

ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da

CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a

fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

6.6 - Manter durante a prestação de serviços, equipamentos de proteção individual "EPI's", necessário

à segurança dos trabalhadores, quando for o caso.

6.7 - Vedar, participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica, que

estejam enquadradas nos termos do artigo 14 da Lei 14.133/21.

6.8 - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados,

em conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.9 - Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos

relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos

Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões

deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e

apresentado à CONTRATANTE.

6.10 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio

Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações

trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja

inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

6.10.1 - Na hipótese de qualquer Reclamação Trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE,

por empregados da CONTRATADA ou de eventuais subcontratantes estes deverão comparecer

espontaneamente em juízo reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a

Praça Nóbrega, 54 - Centro - Ubatuba/SP

CNPJ - 55.555.957/0001-96

Telefone (12) 3833-7000 / 3833-7001 Site: www.fundart.com.br

E-mail: fundart@fundart.com.br



CONTRATANTE no processo, até final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual

condenação.

6.10.2 - O CONTRATANTE não reconhecerá qualquer vínculo ou relação jurídica com

eventuais subcontratados. Qualquer contrato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa,

financeira ou jurídica que decorra dos serviços prestados, será mantido exclusivamente com a CONTRATADA.

6.11 - Pagar o piso salarial, fixado pela convenção coletiva das categorias profissionais empregados na

execução do objeto do presente contrato respeitando o princípio da isonomia salarial, quando for o caso.

6.12 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência

anormal ou acidente que se verifique nos locais pertinentes a execução do objeto.

6.13 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos,

garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à

execução do empreendimento.

6.14 - Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo

executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.15 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for

necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

6.16 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e

eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este contrato e termo de

referência, no prazo determinado.

6.17 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as

determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições

de segurança, higiene e disciplina.

6.18 - Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer

mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência.

6.19 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição

de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos

em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.20 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de

sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os

valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente

Praça Nóbrega, 54 - Centro - Ubatuba/SP

CNPJ - 55.555.957/0001-96

Telefone (12) 3833-7000 / 3833-7001 Site: www.fundart.com.br

E-mail: fundart@fundart.com.br



em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer alteração, conforme prevista no art. 130 da lei 14.133/21.

- 6.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 6.22 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
  - 6.23 Designar preposto para representá-la durante a execução deste contrato, quando for o caso.
- 6.24 Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela Fiscalização, por meio do preposto designado, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação. Caso não seja possível o cumprimento do prazo estipulado, devido a questões de logística, deverá ser apresentada uma justificativa e o preposto deverá comparecer no menor prazo possível perante a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- 7.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 7.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.3 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 7.4 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
  - 7.5 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 7.5.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96



7.5.2 - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

7.5.3 - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA,

mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação

à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.5.4 - Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais

do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias

e passagens.

7.6 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do

contrato.

7.7 - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.8 - Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam

condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho,

quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE.

8.1 – Não caberá reajuste referente a prestação de serviço objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E DAS SANÇÕES.

9.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as

situações previstas no artigo 137 da Lei 14.133/21.

9.2 - A extinção do contrato, observando o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21, poderá

ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento

decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução

de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso

arbitral, ou por decisão judicial.

Praça Nóbrega, 54 - Centro - Ubatuba/SP CNPJ - 55.555.957/0001-96

Telefone (12) 3833-7000 / 3833-7001 Site: www.fundart.com.br

E-mail: fundart@fundart.com.br

FUNDART

Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba

9.3 – A CONTRATANTE terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de

créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece

vantagem.

9.4 - A CONTRATADA se sujeita às sanções previstas nos artigos 156 da Lei Federal 14.133/21, nos

termos previstos no instrumento editalício.

9.5 - A aplicação de uma das sanções não implica na exclusão de outras previstas na legislação

vigente.

9.6 - O pagamento de multas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou

prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.

9.7 - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do

recebimento da comunicação enviada por esta Administração.

9.7.1 – Os valores relacionados a multas poderão ser deduzidos, até seu valor total, de

quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, mesmo que referentes a outras avenças, ou deduzidas de

eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva

ou cobradas judicialmente.

9.8 - As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas

decisões, serão publicadas em Diário Oficial do Município e ou sitio eletrônico da Fundação e encaminhadas

via correios para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de

recebimento da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS.

10.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença

e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

10.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no

todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal fato não

poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão

inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO.

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96 Telefone (12) 3833-7000 / 3833-7001 Site: www.fundart.com.br

E-mail: fundart@fundart.com.br



11.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da execução do objeto, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por representantes da CONTRATANTE,

especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei 14.133/21.

11.1.1 - A CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a

fiscalização dos mesmos, facultando-lhes o livre acesso aos seus depósitos e instalações, bem como a todos

os registros e documentos pertinentes com o objeto ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a

qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.

11.2 - A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste

contrato.

11.3 - Fica acordado que a fiscalização não terá qualquer poder para eximir a CONTRATADA de

qualquer obrigação prevista neste contrato.

11.4- Cabe a fiscalização notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições

no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.5- A fiscalização se manifestará formalmente em todos os atos relativos à execução deste Contrato,

em especial quanto à aplicação de sanções e possíveis alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 - A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto

deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei Federal

14.133/21, bem como por eventuais normas regulamentadoras.

13.2 - O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro disposto na alínea "d" do

inciso II do artigo 24 da Lei 14.133/21 poderá ser iniciado por requerimento da CONTRATADA ou por

determinação do CONTRATANTE, quando for o caso.

13.2.1 - Quando o pedido for iniciado por requerimento da CONTRATADA, o pedido

deverá ser devidamente fundamentado, e estar acompanhado de todos os documentos necessários à

demonstração do cabimento do pleito.

Praça Nóbrega, 54 - Centro - Ubatuba/SP

Telefone (12) 3833-7000 / 3833-7001

Site: www.fundart.com.br

E-mail: fundart@fundart.com.br

FUNDART

Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba

13.2.2 - O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser

formulado durante a vigência do contrato.

13.2.3 - Recebida a notificação sobre o evento de desequilíbrio, a CONTRATANTE terá

30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante justificativa apresentada por escrito neste prazo, para apresentar

resposta ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

13.3 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou

supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25%

(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 - Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao

presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NOMEAÇÃO

14.1 - Fica designado o servidor Jonas Jorge de Oliveira, responsável pelo Gerente de Eventos, como

gestor do contrato, para cumprimento do disposto no artigo 117, e parágrafos, da Lei Federal 14.133/21, em

sua redação atual e nos termos das normas regulamentadoras, responsabilizando-se pelo recebimento e

conferência do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO

15.1 - Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, normas emanadas da

Lei Federal 14.133/21 e seus atos regulamentadores, da Lei Complementar Federal 123/06 em sua redação

atual, e, supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais

privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de

comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente

instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas

abaixo.

Praça Nóbrega, 54 - Centro - Ubatuba/SP

CNPJ - 55.555.957/0001-96

Telefone (12) 3833-7000 / 3833-7001 Site: www.fundart.com.br

E-mail: fundart@fundart.com.br



-			<del></del>
	FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE UBATUBA		
	p. Thaila Aparecida Diniz Brito		
	Diretora Presidente.		
	(CONTRATANTE)		
		xxxxxxxxxxxx	
	CNPJ nº XXXXXXXXX		
	(CONTRATADO)		
TESTEMUNHAS:			
		_	
1		2	
Nome: Aline	de Souza Matos	Nome: Francisco Di	as de Campos
CPF: 415	5.797.868-47	CPF: 190.438	3.528-13

Praça Nóbrega, 54 – Centro – Ubatuba/SP CNPJ – 55.555.957/0001-96